



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Como desenvolver melhor os benefícios sociais e económicos das lojas nas habitações públicas

O Governo apresentou, recentemente, à Assembleia Legislativa, o “Projecto do Plano de Pormenor da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão Este-2”, no qual se propõe a instalação de lojas em pódios de edifícios habitacionais e o aproveitamento de algumas destas lojas para apoiar o desenvolvimento das PME. Na minha opinião, estas lojas são uma fonte para o aumento das receitas do Governo e também um espaço para a prestação de serviços diversificados à comunidade, por isso, o seu valor reflecte-se nos benefícios quer económicos quer sociais.

Para além de apoiar as PME, a sociedade tem prestado, nos últimos anos, muita atenção ao apoio ao desenvolvimento de empresas sociais, aos jovens empreendedores, e às indústrias culturais e criativas e da área da investigação científica e tecnológica, que contribuem para os serviços sociais e para a diversificação da economia. Se se conseguir aproveitar bem estes recursos que são as lojas nas habitações públicas, acredita-se que será possível promover o desenvolvimento, contribuindo para a prestação de serviços diversificados à comunidade, aumentando o emprego e ajudando os grupos mais carenciados através do apoio à auto-subsistência, deixando a sociedade contente com o seu sucesso. Assim, espera-se que o Governo faça um bom planeamento da utilização das lojas nas habitações públicas, incluindo na Zona A dos novos aterros.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Nos termos do Decreto-Lei n.º 28/92/M, a atribuição de espaços adequados para estabelecimentos comerciais nas habitações públicas faz-se por concurso público, mediante o modelo de adjudicação pelo valor mais elevado e para os fins determinados, mas, atendendo à experiência, se o Decreto-Lei não for alterado, será difícil dar apoio específico a determinados destinatários. O Governo tem lançado poucos concursos públicos, o último já foi há dois anos, e devido à falta de instalações complementares para apoio aos estabelecimentos comerciais, ninguém licita ou apresenta propostas a preço mais baixo do que o fixado. De acordo com o estipulado no referido Decreto-Lei, se não houver ofertas de valor acima do valor mínimo fixado, as lojas são retiradas do mercado e várias delas ficam permanentemente desocupadas, resultando em desperdício de recursos públicos. Assim, espera-se que o Governo proceda, em tempo oportuno, ao devido melhoramento.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. O Governo iniciou, no ano passado, um estudo sobre o planeamento da utilização comercial dos estabelecimentos da Zona A dos novos aterros, com vista a melhorar o ambiente de negócio e aperfeiçoar os respectivos equipamentos comerciais. Qual é o ponto de situação desse estudo? Quanto às lojas da Zona A dos novos aterros, para além do apoio ao desenvolvimento das PME, o Governo pode disponibilizar políticas de apoio aos operadores interessados em desenvolver empresas sociais, aos jovens empreendedores e às indústrias culturais e criativas e da área da ciência e tecnologia. Vai fazê-lo? O Decreto-Lei prevê o modelo de adjudicação pela proposta de valor mais



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

elevado, o que dificulta a concretização do referido apoio. O Governo vai rever isto?

2. Quanto às lojas desocupadas nas habitações públicas, de que medidas de melhoria dispõe o Governo para reduzir a taxa de desocupação e evitar o desperdício de recursos? O Governo deve ponderar sobre o aumento da frequência dos concursos públicos, por exemplo, realizar concursos públicos periódicos, por exemplo semestrais, divulgando as informações relativas ao concurso através de páginas electrónicas específicas. Vai fazê-lo? O Governo pode tomar como referência a prática de Hong Kong, pode conceder benefícios adicionais, como a isenção de rendas dos espaços desocupados há muito tempo e dos que, passados mais de três concursos públicos, não tenham sido adjudicados, e com base no período de desocupação, determinar o período de isenção das rendas. O Governo vai tomar como referência esta prática, para aumentar a atractividade dos concursos públicos?

21 de Outubro de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Sun lok